

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 10 - Marcadores Sociais da Diferença em Articulação: Gênero, sexualidade, raça, classe, geração e/ou deficiência produzindo desigualdade e negociando diferenças

Gabriela Amaral

**Disputas do conservadorismo na educação:  
A regulamentação do *homeschooling* pela manutenção de direitos**

São Paulo  
2019

Gabriela Amaral

**Disputas do conservadorismo na educação:  
A regulamentação do *homeschooling* pela manutenção de direitos**

Artigo produzido através do  
PIBIC-CNPq 2018/2019

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabela Kalil

Apresentado no VIII Seminário FESPSP 2019:

Juventude, Trabalho e Profissão

GT 10 - Marcadores Sociais da Diferença em Articulação

Professora: Dr<sup>a</sup>. Sonia Hotimsky

Professora: Ms. Renata Macedo

São Paulo

2019

**Resumo:** Nos últimos anos, a educação tem se transformado em um campo de disputas por direitos e posições políticas partidárias. Atualmente, há grupos conservadores cristãos, sob liderança de “mulheres de direita” ou “mulheres conservadoras”, que estão mobilizando a regulamentação da educação domiciliar, também conhecida como *homeschooling*, como um recurso para a manutenção dos seus conceitos, valores e ideias. O discurso que legitima esse mecanismo tomou conta das manifestações nas ruas de São Paulo, em 2017, com o Mães Pelo Escola Sem Partido e, após eleição de Jair Bolsonaro, alcançou os meios legais e institucionais do Estado. Por meio de etnografias e entrevistas qualitativas, este artigo apresenta o resultado da investigação de como foi construído e mobilizado o ‘fato discursivo’ que articula os meios legais, institucionais e simbólicos para a manutenção que foi chamada de “soberania dos conservadores”.

**Palavras-chave:** *Homeschooling*; Educação domiciliar; Ideologia de gênero; Norma social; Projetos de lei.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. PERCURSO DA PESQUISA E METODOLOGIA .....	9
3. REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR .....	12
4. <i>HOMESCHOOLING</i> COMO DISPUTA .....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
7. REFERÊNCIAS.....	27

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação está em evidente disputa por militâncias com posições políticas partidárias antagônicas. Grupos autointitulados “conservadores” e “progressistas” buscam defender seus direitos e ideais neste campo.

Desde os anos 1970, políticas vinculadas aos Direitos Humanos foram inseridas pelo Estado brasileiro nos planos de educação nacionais e municipais, através da participação do país em Convenções Internacionais e nas campanhas da Organização das Nações Unidas (ONU). Essas políticas estipularam medidas para eliminar a discriminação contra a mulher no ensino; ao combate à violência de gênero; pelo direito à diversidade e à igualdade nas escolas.

Como forma de reação aos avanços internacionais dos direitos sexuais e reprodutivos, diversos setores religiosos conservadores e, em especial, da Igreja Católica da América Latina, construíram uma narrativa de combate à “perspectiva de gênero” pela defesa da família, da dignidade do matrimônio e ao direito à vida (CAMPANA; MISKOLCI, 2017). Em 2007, através do “Documento de Aparecida”<sup>1</sup>, essa reação da Igreja Católica ficou conhecida como uma objeção à “ideologia de gênero”.

Os sociólogos Maximiliano Campana e Richard Miskolci defendem na pesquisa “Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo” (2017), que há três elementos em comum no mapeamento parcial dos debates que envolvem questões de gênero e sexualidade na América Latina: 1) todas as discussões ocorreram a partir da virada do milênio; 2) emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; 3) deflagaram-se em torno de reformas educacionais e legais (CAMPANA; MISKOLCI, 2017). Isto posto, esta pesquisa desdobra-se, principalmente, sobre o último tópico.

Segundo Guacira Lopes Louro, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), a disputa pela educação ocorre porque, tradicionalmente, esta é uma área que participa da definição e delimitação dos padrões de normalidade, pureza ou sanidade, assim como as ciências (LOURO, 1997). No

---

<sup>1</sup> V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf)> Acesso em: 18/08/2019;

entanto, o discurso conservador revela privilégios nessa disputa política, pois carrega a força da tradição e a legitimidade das formulações construídas pela linguagem médica, marcadas pela autoridade da ciência e com apelo na matriz biológica (LOURO, 2000).

Atualmente, inseridos nessa disputa, há grupos conservadores cristãos, os quais compõem parte do eleitorado do presidente da República, Jair Bolsonaro, que pretendem regulamentar a educação domiciliar, também conhecida como *homeschooling*, no Brasil.

Este presente artigo<sup>2</sup> tem como objetivo compreender como é construído e mobilizado as disputas pela regulamentação do *homeschooling*, sob o propósito de descobrir quais são os meios legais; institucionais e simbólicos articulados na luta pela manutenção dos costumes, valores e ideias quanto “soberania dos conservadores”, conforme foi apresentado em campo.

Me deparei com essas informações em novembro de 2017, quando o movimento Direita São Paulo<sup>3</sup> e outros grupos conservadores<sup>4</sup> realizaram uma manifestação na frente do SESC Pompéia, na capital paulista, com a finalidade de impedir que a filósofa estadunidense Judith Butler<sup>5</sup> participasse do seminário “Os fins da democracia”, sob o argumento de que ela é a “precursora” da “ideologia de gênero” no Brasil.

Em oposição, grupos vinculados a comunidade LGBTI<sup>6</sup>, antifascistas, professores/as e alunos/as universitários/as também organizaram uma manifestação, através do *Facebook*, e estiveram presentes no mesmo local e horário em defesa da produção acadêmica da filósofa.

---

<sup>2</sup> Esse artigo é fruto da minha pesquisa “Mães pelo Escola Sem Partido: disputas pela educação na cidade de São Paulo”, realizada através da Iniciação Científica PIBIC-CNPq (2018-2019) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP);

<sup>3</sup> O Movimento Direita São Paulo atua no âmbito estadual com objetivo de defender os ideais conservadores, através de encontros com palestras; manifestações e alcançando cargos legislativos. Disponível em: <<https://direitasaopaulo.wordpress.com/sobre/>> Acesso em: 04/05/19;

<sup>4</sup> Através de um evento no *Facebook*, o Direita São Paulo convocou o ato antiButler em frente ao Sesc Pompéia. No entanto, no dia da manifestação, também havia militantes do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), o qual segue o lema “Tradição, Família e Propriedade” e pessoas autônomas;

<sup>5</sup> “O que pensa Judith Butler. E quem protesta contra a sua vinda ao Brasil”. Matéria online do Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/07/O-que-pensa-Judith-Butler.-E-quem-protesta-contr-a-sua-vinda-ao-Brasil>> Acesso em: 04/05/19;

<sup>6</sup> Comunidade das lésbicas; gays; bissexuais; travestis; transexuais; transgêneros e intersexos (LGBTI);<sup>7</sup> O NEU é vinculado à FESPSP e coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Isabela Oliveira Kalil;

Na ocasião, como graduanda em Ciências Sociais e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pesquisadora do Núcleo de Etnografia Urbana (NEU)<sup>7</sup> - que acompanhou esse episódio com objetivo de analisar disputas políticas na configuração de manifestações de rua na cidade de São Paulo - participei da pesquisa “Ideologia de gênero x Ideologia de gênero: percepções e controvérsias nas manifestações pró e contra Judith Butler em São Paulo”<sup>7</sup>, contendo dados quantitativos sobre o perfil dos/as manifestantes no ato, ao mesmo tempo em que analisou os discursos, através das entrevistas qualitativas.

Na pesquisa, fui uma das responsáveis por realizar as entrevistas semi-estruturadas com os grupos conservadores. Me chamou atenção perceber que o grupo era heterogêneo, contudo, por diversas vezes, todos/as evocavam juntos/as o grito “Bolsonaro presidente 2018”, na época em que não havia alusão concreta de sua candidatura à presidência da República.

Entre os/as militantes e as pessoas autônomas havia certa similaridade das falas coletadas nas entrevistas, como se houvesse uma fonte em comum que construía as mesmas alegações, preocupações e anseios. O conjunto das narrativas expressou o discurso de que

Butler veio ao Brasil, financiada por “globalistas”, como o George Soros, para propagar a “teoria” da “ideologia de gênero”<sup>8</sup>, e assim, nos termos destes grupos, aplicar a “engenharia social”, com a finalidade de “abolir” a “família tradicional”.

Os/as manifestantes entrevistados/as defendiam que famílias contrárias aos ideais conservadores deveriam matricular seu filho/a em alguma instituição privada, enquanto o

Estado deveria proibir a prática da “ideologia de gênero” nas escolas públicas, e assim, garantir os interesses e direitos da “maioria da população”.

Essa maioria é definida como “cristã e conservadora” por esses grupos. Portanto, há, por parte dos mesmos, uma exigência pela liberdade de manifestar

---

<sup>7</sup> A produção final desta pesquisa foi a publicação do “Dossiê Etnografias: Judith Butler no Brasil”, na revista online Ponto Urbe, no qual eu assino um dos relatos etnográficos. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/pontourbe/3996>> Acesso em: 18/08/2019;

<sup>8</sup> Segundo as entrevistas com os grupos conservadores, essa “doutrinação” é feita pelos “professores/as de esquerda”, os/as quais ensinam às crianças e adolescentes uma “ideologia” que englobaria conteúdos sobre sexo, incluindo a normatização da pedofilia e zoofilia, e que é possível trocar a identidade gênero e orientação sexual por diversas vezes no decorrer da vida;

seus costumes e ter seus valores figurados como norma social<sup>9</sup>, sob o argumento de que são a “maioria quantitativa” da população e, conseqüentemente, todos/as que estão fora da norma, os/as desviantes, devem manifestar-se em espaços privados.

“Tem coisas que eu não quero: eu não quero que o Estado interfira, eu quero que cada um escolha pela sua opção. (...) Os conservadores não têm raiva, só tem raiva quando o Estado está sendo totalitário, através de leis, sendo aparelhado pela Nova Ordem Mundial, tirando a soberania dos nossos conceitos conservadores e fazendo esse conflito”.

(Manifestante conservador, 2017)

A maior reivindicação destes grupos é a autoridade dos pais sobre a educação dos seus filhos/as. Exigem o “poder de escolha” sobre o que as crianças devem aprender e os limites de atuação do Estado.

Entre os discursos que propunham a aplicação de suas reivindicações dentro das escolas públicas, conheci o grupo Mães Pelo Escola Sem Partido de São Paulo, através da Bárbara<sup>10</sup>, que propõe uma medida singular nessa disputa.

Após o seu discurso em defesa da “família tradicional” no megafone, ela me concedeu uma entrevista e revelou que é porta-voz do grupo que tem como proposta o modelo de *homeschooling* como um instrumento de “proteção da moral e princípios dos conservadores”.

Explicou que, não há uma lei no Brasil que proíba a família de tirar seus filhos/as da escola para educar em casa, mas o problema é a não-regulamentação dessa modalidade. Por isso, ela atua dentro do programa Escola Sem Partido<sup>11</sup>, com a finalidade de expandir a proposta do mesmo e encaminhar um projeto de lei à Câmara Municipal de São Paulo para a regulamentação da educação domiciliar.

---

<sup>9</sup> Norma social é a configuração de identidades que são constituídas nas relações sociais de poder, as quais possuem marcadores sociais da diferença que precisam ser compreendidos no âmbito da história e da cultura da sociedade e, através de uma ótica política, gozam de privilégios, legitimidade e autoridade, ou seja, são identificadas como “normais”. Enquanto as demais identidades são “marcadas”, ou seja, representadas como desviantes, ilegítimas e alternativas (LOURO, 2000);

<sup>10</sup> Bárbara é um nome fictício para proteger a identidade da porta-voz do grupo que atua pela regulamentação da educação domiciliar por dentro do programa Escola Sem Partido;

<sup>11</sup> Programa Escola Sem Partido reivindica a ausência de “ideologia de gênero” e “doutrinação política” em sala de aula, por parte dos/as professores/as de esquerda. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>> Acesso em: 02/09/19;



Através das entrevistas, percebi que a discussão sobre “ideologia de gênero” é posta como faceta de uma questão mais profunda, relacionada a luta do que me foi apresentada como “manutenção da soberania dos conservadores”, pois a inserção de uma pauta contrária aos seus valores é interpretada como perda de direitos.

Dessa forma, as pessoas presentes neste ato representam parte dos conservadores paulistas que apoiam Jair Bolsonaro e formam parte da sua base eleitoral. Entre o grupo, há pessoas ativas na militância pela defesa do “conservadorismo cristão”, as quais estão mobilizando recursos políticos e simbólicos para a “manutenção da soberania” dos seus valores, através do campo da educação.

## **2. PERCURSO DA PESQUISA E METODOLOGIA**

Após a entrevista na manifestação antiButler, Bárbara aceitou passar o seu contato para eu conhecer e participar de algumas reuniões do Mães Pelo Escola Sem Partido. Como havíamos nos conhecido em novembro de 2017, me programei para contatá-la em março do ano seguinte. Porém, o cenário hostil no período pré-eleições de 2018 dificultou a comunicação, percebi que houve um distanciamento desde a confirmação da candidatura de Jair Bolsonaro, interpretei que fui lida como uma infiltrada.

Imagino que o motivo seja porque sou aluna universitária da área de humanas da FESPSP, faculdade que leva em seu nome os dizeres “Sociologia e Política”. Essas características, somadas a minha prancheta e gravador nas mãos, fizeram com que, por diversas vezes, os/as manifestantes antiButler me chamassem de “esquerdista” ou diziam em suas frases de embate “porque vocês de esquerda (...)”.

No primeiro momento, meu objeto eram as mobilizações políticas e simbólicas do Mães Pelo Escola Sem Partido. Todavia, como eu não conseguia participar das reuniões do grupo, busquei outra forma de me aproximar das mobilizações de grupos conservadores.

E assim, em 2018, permaneci em campo, em conjunto ao NEU, com entrevistas qualitativas e produzindo relatos etnográficos das manifestações de rua que se posicionaram pró-Bolsonaro e antipetistas, no período das eleições.

Foi na manifestação PT Não/PT Nunca Mais, em outubro (um fim de semana antes do segundo turno), que percebemos como as demandas do discurso bolsonarista foram mobilizadas conforme os seus interesses. Desde 2016, o NEU acompanha manifestações de movimentos liberais e/ou conservadores e, pela primeira vez, ouvimos o termo “feminista” sendo utilizado pelas mulheres que discursavam no caminhão principal.

Também acompanhei dois grupos das redes sociais (*WhatsApp* e *Facebook*) criados e direcionados às mulheres de direita, os quais mostraram que o Partido Social Liberal (partido político que Jair Bolsonaro era filiado na época em que assumiu o governo) utilizou, no decorrer da campanha eleitoral, o discurso da moral conservadora cristã com muita evidência.

Quando, por exemplo, o então candidato do PSL vinculou sua campanha nos grupos de *WhatsApp* às propagandas contra o “Kit Gay”<sup>12</sup> e parte dos seus eleitores/as divulgaram falsas notícias sobre mamadeiras eróticas<sup>13</sup> que teriam sido distribuídas em creches públicas pelo Partido dos Trabalhadores.

No entanto, nos primeiros meses após eleição de Jair Bolsonaro, essas pautas conservadoras perderam protagonismo na agenda oficial do governo e visibilidade na grande mídia para propostas vinculadas à economia e à segurança pública.

Neste período, também me dediquei em pesquisar sobre a inserção dos temas gênero e sexualidade na educação. Conjuntamente, estudei a lógica da conservação dos costumes e valores da “família tradicional”, por meio do discurso de proteção da sexualidade das crianças, tendo como principal leitura bibliográfica o livro “História da sexualidade” (1988) de Michel Foucault.

O livro explica que há um *modus operandi* que liga o poder, o saber e a sexualidade, por meio de discursos que sustentam repressões históricas, por conta da proteção política da ordem dominante. E que, o discurso sobre a repressão moderna no sexo se sustenta, porque é fácil de ser dominado (FOUCAULT, 1988).

---

<sup>12</sup> ‘Kit gay’: A verdade sobre o programa alvo de críticas e *fake news* de Bolsonaro. Matéria online do Huffpost. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programaalvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro\\_a\\_23565210/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programaalvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro_a_23565210/)> Acesso em: 25/08/19;

<sup>13</sup> A descoberta da *fake news* foi dada pelo Projeto Comprova, organização que combate a desinformação em período eleitoral. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticasnao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>> Acesso em 25/08/19;

Importante citar que, segundo o filósofo francês (1988), o poder penetra e controla o prazer cotidiano através da formulação da ‘vontade de saber’ sobre o sexo, sem precisar ocultá-lo ou formular verdades.

Na prática, foi construída uma aparelhagem para produzir discursos que, não somente julgam o sexo, mas também o administra. Foucault escreve “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo” (FOUCAULT, 1988, v. 1, p. 29).

Em função disso, o que precisa ser levado em consideração é o fato de como o sexo foi colocado em discurso pela ordem dominante, quais instâncias produziram o mesmo e quais efeitos sucederam desse processo

Levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas (FOUCAULT, 1988, v. 1, p. 16).

E assim, mesmo sem conseguir me inserir em campo com o Mães Pelo Escola Sem Partido, compreendi que poderia manter meu objetivo se eu ampliasse o meu objeto para o ‘fato discursivo’ empregado pelos conservadores cristãos na disputa pela regulamentação da educação domiciliar, os quais mantêm uma ‘polícia do sexo’, regulando o mesmo por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor da proibição (FOUCAULT, 1988).

No primeiro semestre de 2019, acompanhei as mobilizações legais e institucionais em torno da regulamentação da educação domiciliar. E, apenas em agosto do mesmo ano, consegui entrevistar Bárbara novamente, porque enfatizei que meu interesse não era mais participar das reuniões do grupo, e sim conhecer melhor as propostas e como funcionaria, na prática, o *homeschooling*.

Deste modo, a presente pesquisa seguiu o ‘fato discursivo’ que legitima a regulamentação da educação domiciliar, desde a sua expressão em protestos

políticos, em 2017; acompanhou as alterações das demandas no período de eleição, em 2018; até sua configuração por dentro do Estado, através do governo Bolsonaro, no primeiro semestre de 2019.

O trabalho de campo foi desenvolvido a partir de três eixos:

1) Método qualitativo, com entrevistas semi-estruturadas, tanto com os/as manifestantes antiButler, em novembro de 2017, quanto com a porta-voz do Mães Pelo Escola Sem Partido, em agosto de 2019;

2) A observação de campo foi realizada em 2018, nas manifestações #EleSim e PT Não / PT Nunca Mais, ambas na Avenida Paulista de São Paulo, além do acompanhamento de dois grupos direcionados às mulheres de direita, nas redes sociais;

3) Consultas online sobre o andamento dos projetos de lei que pretendem regulamentar a educação domiciliar, no âmbito federal e municipal de São Paulo, e o acompanhamento, através da mídia, sobre os posicionamentos legais e institucionais da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e do presidente da República, Jair Bolsonaro, a respeito do *homeschooling*.

### **3. REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR**

Em outubro de 2015, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), filho do atual presidente da República, apresentou o projeto de lei (PL) 3261/2015<sup>14</sup> na Câmara dos Deputados.

Neste, o parlamentar pretende alterar a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional<sup>15</sup> e a lei que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>16</sup>, autorizando o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio.

---

<sup>14</sup> Projeto de Lei (PL) 3261/2015 apresentado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>15</sup> Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1pl.html>> Acesso em 02/09/19;

<sup>16</sup> Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)> Acesso em: 02/09/19;

Este projeto de lei foi apensado ao (PL) 3179/2012<sup>17</sup>, apresentado em 2012, pelo parlamentar e pastor evangélico Lincoln Portela (PR/MG), com a mesma proposta. Para o parlamentar do PR, a educação domiciliar ainda não avançou na Câmara porque a “Comissão de Educação é muito pressionada pelos partidos de esquerda (...) eles querem um público cativo nas escolas para serem doutrinados com viés de esquerda” (FOLHA DA REGIÃO, 2019)<sup>18</sup>.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma Audiência Pública para discutir a regulamentação da modalidade. O ministro Luís Roberto Barroso foi o relator e o único a votar a favor. Para a maioria dos demais ministros, a prática poderá se tornar válida se aprovada alguma lei que permita avaliar não só o aprendizado, mas também a sociabilização do/a estudante. Apenas os ministros Luiz Fux e Ricardo Lewandowski enunciaram que a Constituição não admite a educação domiciliar<sup>19</sup>.

Desse modo, o Poder Judiciário delegou a decisão ao Poder Legislativo. Nisto, o projeto de lei (PL) 3179/2012 que abarca todas as propostas para a regulamentação da prática, no âmbito federal, permaneceu em andamento.

Em abril de 2019, a relatora e representante da Comissão de Educação da Câmara, a parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), apresentou o seu parecer no relatório<sup>20</sup> entregue à Câmara dos Deputados, com o voto a favor, sob o argumento de que a Carta Magna<sup>21</sup> estabelece a competência do poder público para avaliar os/as educandos/as, fazer-lhes a chamada de frequência e zelar, junto aos pais ou tutores, pela frequência à escola e, na sua interpretação, o conceito de frequência pode ser

---

<sup>17</sup> Projeto de lei (PL) 3179/2012 do deputado federal Lincoln Portela (PR/MG). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328&ord=1>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>18</sup> “Grupos evangélicos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro”. Matéria online do Folha da Região. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/2019/03/10/Grupos-religiosos-estimulamdefesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-Bolsonaro/>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>19</sup> “STF decide que pais não podem tirar filhos da escola para ensiná-los em casa”. Matéria online do canal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/12/stf-decide-que-pais-nao-podem-tirarfilhos-da-escola-para-ensina-los-em-casa.ghtml>> Acesso em: 05/03/19;

<sup>20</sup> Relatório da Comissão de Educação, apresentado pela relatora deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1686663&filename=Tramitacao-PL+3179/2012](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686663&filename=Tramitacao-PL+3179/2012)> Acesso em: 02/09/19;

<sup>21</sup> A Carta Magna é considerada o primeiro documento constitucional do ocidente e precursor dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/carta-magna/>> Acesso em: 02/09/19;

“(...) formas diferenciadas de articulação presencial com a escola, de acordo com processos de orientação pedagógica e de avaliação especificamente estabelecidos. Nessa última alternativa, pode ser aceita a hipótese de inserir a chamada educação domiciliar. Ela não poderá, porém, jamais prescindir de uma efetiva articulação e supervisão por parte da instituição escolar oficialmente constituída” (REZENDE, 2019, p. 5).

E assim, propõe que haja uma dimensão nacional e diretrizes que assegurem a articulação, a supervisão e a avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino. E, por conseguinte, haja avaliações periódicas em escolas oficiais, nas quais as crianças e adolescentes deverão ser regularmente matriculados/as, em regime diferenciado de estudos, e aos exames nacionais e locais de avaliação da educação básica, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (REZENDE, 2019).

Entretanto, em maio de 2019, a deputada federal Natália Bonavides (PT/RN) apresentou o projeto de lei (PL) 3159/2019<sup>22</sup>, o qual estabelece que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola, tendo como principal argumento que a prática fere a Constituição Federal, perante ao princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, conforme os artigos 205 e 206 da mesma, bem como a liberdade de aprender e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Este projeto foi apensado ao principal, o PL 3179/2012 e, conseqüentemente, o mesmo foi devolvido à Comissão de Educação da Câmara em julho para nova análise. Até novembro de 2019, não houve novo posicionamento da relatora.

Em contrapartida, o Poder Executivo também se articulou na disputa. O pastor Lincoln Portela (PR/MG), autor do principal projeto de lei mencionado anteriormente, se reuniu com regularidade com a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves<sup>23</sup>, quem anunciou, desde o início do mandato, que seria

---

<sup>22</sup> Projeto de lei (PL) 3159/2019 da deputada federal Natália Bonavides (PT/RN). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205161>>. Acesso em: 02/09/19;

<sup>23</sup> Em 2016, a então assessora parlamentar do ex-senador Magno Malta (PR-ES), Damares Alves declarou que chegou a hora das igrejas evangélicas governarem o país, pois “as instituições piraram nesta nação (...), mas há uma instituição que não pirou, e esta nação só pode contar com essa instituição agora: é a igreja de Jesus” (O

prioridade dos cem primeiros dias de gestão a permissão para as famílias substituírem a escola regular pelo ensino em casa.

A pauta foi articulada pela sua pasta por conta do seu histórico de militância pelo *homeschooling*, também houve influência da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), pois o diretor jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é o secretário adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do seu ministério<sup>24</sup>.

Em janeiro de 2019, Alves informou que iria apresentar uma Medida Provisória (MP)<sup>25</sup> ao Congresso para regularizar a educação domiciliar. Chegou a enunciar alguns pontos do texto, como o estabelecimento de regras para cadastro e acompanhamento das famílias e avaliação dos/as estudantes.

No entanto, de forma inesperada, em abril do mesmo ano, o presidente Jair Bolsonaro, quanto representante do Poder Executivo, apresentou o projeto de lei (PL) 2401/2019<sup>26</sup>, que dispõe sobre a alteração das mesmas leis apresentadas pelo seu filho, em 2015, com objetivo de regularizar a educação domiciliar.

Segundo a matéria do Valor Econômico<sup>27</sup>, a mudança de estratégia foi para, além de minimizar possíveis questionamentos jurídicos como PL - porque há um trâmite próprio até entrar em vigor - a ideia de optar pelo instrumento jurídico foi para evitar problemas com a tramitação da reforma da Previdência<sup>29</sup>, pois medidas provisórias poderiam trancar o andamento da reforma no Congresso.

Já o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que a tramitação por projeto de lei se deu para garantir a segurança das famílias, pois as medidas

---

GLOBO, 2018). Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/o-mundo-dapastora-que-virou-ministra.html>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>24</sup> “Medida Provisória para regulamentar a educação em casa foi feita pela associação de ensino domiciliar”. Matéria online o jornal O Globo. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/medida-provisoria-para-regulamentar-educacao-em-casa-foifeita-por-associacao-de-ensino-domiciliar-23411397>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>25</sup> “Negada pelo STF, educação domiciliar será regulada pelo governo”. Matéria online do Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/negada-pelo-stf-educacao-domiciliar-seraregulada-pelo-governo/>> Acesso em: 05/03/19;

<sup>26</sup> Projeto de lei (PL) 2401/2019 apresentado pelo Poder Executivo, Jair Bolsonaro (PSL). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>27</sup> Matéria online do Valor Econômico “Governo descarta MP e opta por PL para regulamentar ensino domiciliar”. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6208127/governo-descarta-mp-e-opta-por-plpara-regulamentar-ensino-domiciliar>> Acesso em: 02/09/19; <sup>29</sup> Matéria online da Folha de S. Paulo “Confira ponto a ponto a reforma da Previdência aprovada na Câmara”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/confira-ponto-a-ponto-a-reforma-da-previdencia-aprovanadana-camara.shtml>> Acesso em: 02/09/19;

provisórias correm o risco de perder a validade, caso não sejam votadas a tempo pelos parlamentares<sup>28</sup>.

Em outubro, o projeto de lei (PL) 2401/2019 do Poder Executivo também foi apensado ao PL 3179/2012, considerado o guarda-chuva do tema. Dessa forma, a tramitação pela regulamentação da educação domiciliar decorre no Poder Legislativo. Até novembro de 2019, não houve outro andamento no processo.

#### **4. HOMESCHOOLING COMO DISPUTA**

Em agosto de 2019, quase dois anos após a manifestação antiButler, consegui entrevistar novamente a porta-voz do Mães Pelo Escola Sem Partido. Bárbara sugeriu que o nosso encontro fosse no Shopping Morumbi, em São Paulo, porque era próximo a sua casa e logo após a entrevista precisava buscar suas filhas e filho na escola.

Nas tem trinta e nove anos, mãe de um menino de sete anos, uma menina de nove e a mais velha tem quatorze anos. Todos estudam em escolas públicas e, aparentemente, já trocaram diversas vezes.

Ela me contou um episódio que aconteceu com o seu filho mais novo, na época em que tinha cinco anos. Após a escola, ele comentou em casa “Mamãe, você sabia que homem casa com homem?”, a primeira reação de Bárbara foi questionar onde ele ouviu aquela afirmação, a resposta foi “a minha professora disse”.

Na mesma semana, ela solicitou uma reunião com a escola e questionou à professora qual era o assunto tratado em sala de aula para gerar tal afirmação. A docente respondeu que foi outro aluno que questionou e foi necessário conversar com as crianças, porque em algum momento ouviriam na rua. Bárbara respondeu que seu filho não anda na rua, e sim dentro de casa sob seus olhos. Enfatizou que a escola é o único lugar onde não tem controle do que acontece e, por isso, exigiu que não seja espaço para essas conversas.

Neste relato, seu principal argumento foi que apenas os pais podem ensinar sobre moral às crianças, as/os professoras/es não podem abranger o assunto. Em caso de perguntas, devem instruir aos alunos/as a conversarem com suas próprias

---

<sup>28</sup> “Governo desiste de MP e enviará ao Congresso projeto de lei para regulamentar ensino domiciliar”. Matéria online do jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-desiste-de-mpenviarar-ao-congresso-projeto-de-lei-para-regulamentar-ensino-domiciliar-23590980>> Acesso em: 02/09/19;



famílias. Explicou que, cada criança recebe diferentes ensinamentos em casa, porque cada família tem a sua moral e princípios, a escola não consegue contemplar a todas. Comentou

“Aquela família tem todo um trabalho de educar seu filho, de colocar a moral, aí vem uma professora e fala outra coisa, embanana a cabeça da criança, vai pra casa dizer ‘porque a minha professora’, sabe, professor (...) é como um ídolo, ele é um superherói, a criança se inspira”. (Bárbara, 2019)<sup>29</sup>

Logo após esse episódio, em 2016, ela fez um vídeo em seu canal no *Youtube* relatando o acontecido e expressando diversas críticas à educação brasileira. Revelou que, através deste, a equipe da Damares Alves entrou em contato a convidando para participar de encontros em São Paulo e a incluiu em grupos de *Whatsapp* com outros pais que também estavam insatisfeitos/as com o ensino brasileiro e defendiam a regulamentação da educação domiciliar.

Segundo Bárbara, Damares Alves era muito ativa nos grupos pelo *homeschooling*, “ela era defensora da família, da moral, do direito à família, do direito que a família tem sobre os seus filhos” (B., 2019). Contou que, como advogada, Alves defendia de graça famílias que eram julgadas pelo Ministério Público por conta da educação domiciliar. Também mencionou que após se tornar ministra, os grupos de *WhatsApp* deixaram de existir. Atualmente, conversam pouco por mensagens no privado.

Através do seu canal no *Youtube*, também foi convidada a participar de um grupo maior, com pais que operam pelo programa Escola Sem Partido. Neste ela é a porta-voz da discussão sobre o *homeschooling*, mas explicou que essa não é a pauta principal dos encontros.

Descreveu que o programa Escola Sem Partido é organizado majoritariamente por homens, a maioria advogados e políticos, que promovem encontros nacionais em diversas cidades, principalmente em São Paulo, nos quais discutem sobre educação, economia e o que está ocorrendo em outros países sobre os mesmos temas

---

<sup>29</sup> Como forma de identificação das frases de Bárbara, as próximas citações serão acompanhadas por colchetes, com a sua inicial e o ano da entrevista, bem como (B.,2019);

“Assim, a gente vai estudando o que está acontecendo lá fora, porque todas essas dinâmicas de educação que acontecem no Brasil, toda essa patifaria do que acontece no Brasil, você está pensando que veio da favela, da periferia, que vem da criminalidade? Não vem não, vem tudo lá de fora. Como aquele dia que você me encontrou lá na Judith Butler”. (B., 2019)

Bárbara mencionou que os/as militantes dos movimentos sociais em defesa do feminismo, movimento negro e LGBTI são pessoas que “levantam bandeiras”, como resumiu.

Na sua perspectiva, esses/as militantes são usados/as por outras “pessoas que estão lá fora, essas que fazem toda essa engenharia social, que se debruçam em querer ferrar as pessoas no mundo, querer torná-las submissas” (B., 2019).

Perguntei o que significa “engenharia social”, a sua resposta foi através da explicação do conceito Janela de Overton<sup>30</sup>, o qual apresenta uma teoria política que descreve como a percepção da opinião pública pode ser mudada, por intermédio de estratégias que, gradualmente, fazem com que ideias consideradas absurdas se tornem aceitas a longo prazo.

Ela desenvolveu o argumento de que, a “engenharia social” trabalha em modificar o social aos poucos, modifica o que as pessoas pensam e, conseqüentemente, as suas atitudes<sup>31</sup>.

Também expôs que a “engenharia social” existe há anos e, por isso, a luta pela regulamentação da educação domiciliar é tão importante como uma estratégia de defesa, além de ser a volta do “tradicional”.

Descreveu o “tradicional” como o retorno ao antigo, “antigamente não tinha escola, aprendia com o pai e a mãe e na biblioteca da sua casa, todo mundo em casa tinha uma biblioteca” (B., 2019). Em seguida, criticou os conteúdos ensinados na escola, “então, a gente precisa resgatar essa questão do que é importante para a nossa vida: saber sobre dinossauro ou saber costurar?” (B., 2019).

---

<sup>30</sup> A Janela de Overton. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/janela-de-overton/>> Acesso em 27/08/19;

<sup>31</sup> Bárbara citou que jovens da esquerda são financiados/as pelos “engenheiros sociais”, com viagens e cursos, para realizar tais mudanças de pensamento. Deu como exemplo o passado da ativista Sara Winter;<sup>34</sup> O que é Progressão Continuada. Disponível em:

<<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-e-progressao-continuada>> Acesso em: 27/08/19.

Segundo Bárbara, não existe mais educação no Brasil, nem nos melhores colégios particulares, pois não se ensina mais conteúdo. Incitou a culpa na Progressão Continuada<sup>34</sup>, porque, de acordo com a sua análise, faz com que os/as docentes utilizem de “artimanhas” para fazer com que os/as alunos/as passem de ano. Contou que, a professora da sua filha mais velha solicitou uma pesquisa sobre Marielle Franco para abonar as faltas, o que considerou um absurdo

“Quem é Marielle? O que ela vai trazer de conteúdo? O que ela fez pelo Brasil? (...) porque não manda fazer um trabalho sobre a Carlota Joaquina? (...). Melhor, quem foi que sancionou a Lei Áurea? Ninguém sabe, entendeu? Então, infelizmente, a gente está descambando pra esse lado. A educação é isso, a gente precisa lacrar, quem lacra mais?”. (B.,2019)

Após esse relato, Bárbara afirmou que os atuais livros do ensino fundamental só ensinam o que ela chamou de “patifarias”. Como exemplo, contou o caso de uma dinâmica no livro escolar da sua filha mais nova, na qual contava uma história e depois estimulava as crianças a pensarem sobre o fato de um personagem ter ofendido outro com comentários racistas. Ela não acha adequado estimular crianças a pensarem sobre racismo, pois não considera essas discussões como conteúdo escolar, e sim como pautas de cunho moral, as quais devem ser ensinadas apenas pela família.

A comunidade LGBTI é frequentemente usada nos seus argumentos, os quais expressam que as famílias têm o direito de não gostar que seus filhos/as reflitam a respeito. Afirmou “ele [o pai] tem direito de dizer que está errado, ele tem o direito de pensar o que quer pensar, o que ele não tem é o direito de humilhar alguém” (B., 2019). A partir de uma lógica sobre liberdade de expressão, defende que é permitido expor preconceitos sem a discriminação em ato. Além de defender a liberdade de serem antialteridade<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Alteridade é a interação do “eu” com o “outro”, ou seja, a interação entre grupos sociais distintos. A antialteridade é o movimento contra interações entre pessoas diferentes;

Argumenta que o Estado não deve promover nem autorizar discussões sobre homossexualidade em espaços públicos, como escolas e museus, e deve designar quaisquer ensinamentos sobre a comunidade LGBTI à tutela da família que educará com base nos seus próprios valores e princípios.

Esse argumento é a principal reivindicação do ‘fato discursivo’ conservador cristão e bolsonarista, o qual interpreta que é o grupo que compõe a “maioria quantitativa” da população brasileira e, em função disso, expressam a norma social, cuja normatividade deve ser defendida pelo Estado.

Dentro da discussão sobre normatividade, Guacira Lopes Louro explica que, tal como raça e classe, o gênero e a sexualidade também precisam ser compreendidos no âmbito da história e da cultura e, que todas as identidades são constituídas nas relações sociais de poder, em complexas articulações e em múltiplas instâncias sociais (LOURO, 2000).

Nisto, as identidades precisam ser compreendidas sob uma ótica política e nomeadas no contexto da cultura, nas quais “algumas gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Enfim, algumas identidades são tão ‘normais’ que não precisam dizer de si; enquanto outras se tornam ‘marcadas’ e, geralmente, não podem falar por si” (LOURO, 2000, p. 67).

Perante a essa reflexão de Louro, compreendo que, como desviantes e ilegítimas, pessoas que não compõem a norma social também não podem falar sobre si, principalmente em espaços e nas instituições que definem e delimitam os padrões da normalidade, como as escolas.

Por isso, há uma grande oposição na inserção de discussões sobre papéis de gênero; respeito à diversidade sexual e/ou educação sexual; entre outras pautas que foram somadas e reduzidas a “ideologia de gênero”.

A própria disputa pela “manutenção da soberania dos conservadores”, por meio da educação, aponta que a inserção de pessoas desviantes da norma na ordem dominante - a qual determina o *modus operandi* da sociedade - significa ao grupo perda da predominância de direitos, o que foi denominado como “soberania”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Este ‘fato discursivo’ tem como fundamento a tirania da maioria, ou seja, uma interpretação de que o Estado democrático liberal deve atender os princípios da vontade da maioria, ao invés de defender os direitos individuais de todos os cidadãos, sem exclusão;

Ao afirmar que a educação domiciliar é um mecanismo de defesa contra a “engenharia social”, Bárbara completou com a ideia de que é o retorno ao ‘tradicional’

“Antigamente não tinha escola (...) aprendia com o pai e com a mãe e na biblioteca da sua casa. Todo mundo em casa tinha uma biblioteca. Você vê fotos de antigamente, você vê a família: a mãe, o pai, os filhos na frente e atrás tem o que? A biblioteca”. (B., 2019)

Nessa descrição de que “todo mundo” tinha em casa uma biblioteca, fotos com uma família composta por uma mãe, um pai e filhos/as, retorno a pensar na composição da norma social.

Conforme a descrição desse trecho e de outras entrevistas com os/as manifestantes antiButler, a “família tradicional” é composta por um casal cristão, cisgênero, hétero, com filhos/as e da classe média. Essa família que é apresentada como norma é a instituição da sociabilização do “cidadão de bem”, uma outra categoria apresentada nas entrevistas como tipo ideal.

A partir da construção histórica-social brasileira, a identidade do “cidadão de bem” tem como referência o homem cisgênero, branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 1997).

No Brasil, as demais identidades são constituídas como “outras” em relação à essa referência, ou seja, “em relação à identidade que, por se constituir na norma, no padrão e critério, goza de uma posição não-marcada ou, em outros termos, é representada como não problemática” (LOURO, 2000, p. 68).

A autora afirma que, a norma não precisa falar sobre si, pois é a identidade presumida, “como tal, ela é, via de regra, representada não apenas por comparação à identidade hegemônica, mas a partir do olhar hegemônico” (Louro, 2000, p. 68).

Em função disso, fica explícito o porquê o grupo em questão não racializa em nenhuma descrição o “cidadão de bem” nem a “família tradicional”, pois é pressuposto que a branquitude<sup>37</sup> seja a identidade de referência ao grupo.

Bárbara também foi muito incisiva ao fazer oposição a uma crítica comum ao *homeschooling*, referente ao afastamento das crianças e adolescentes da escola, sendo que este é um dos espaços mais eficaz em reconhecer vítimas de violência

sexual e/ou doméstica. Ela disse que as escolas não são as únicas capazes de identificar casos de violência, “qualquer pessoa que tiver contato com a criança e que tiver um pouquinho de *feeling* vai identificar” (B.,2019). Seu posicionamento foi que a justiça não pode generalizar porque esses casos são pontuais.

Todavia, os dados do Boletim Epidemiológico<sup>38</sup> divulgado pelo Ministério da Saúde, em junho de 2018, apresenta informações contrárias. A Secretaria de Vigilância em Saúde realizou a pesquisa entre 2011 e 2017 por todo o Brasil e colheu 184.524 casos de violência sexual denunciadas no país, sendo 31,5% contra crianças e 45% contra adolescentes.

Do total de crianças, 51,2% estavam na faixa etária entre um e cinco anos; 45,5% eram negras e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno. Em números gerais, 33,7% dos eventos de violência sexual contra crianças tiveram caráter de repetição; 69,2% ocorreram na residência e apenas 4,6% ocorreram na escola.

<sup>37</sup> “O termo branquitude é utilizado para dar nome às práticas realizadas por portadores da brancura com o objetivo de manter o privilégio que o branco possui nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial. O branco assume a postura de ser humano ideal e cria condições para que o status seja mantido” (JESUS, 2012, p. 5); <sup>38</sup> Boletim Epidemiológico: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018024.pdf>> Acesso em: 02/09/19;

Quando questionei se há alguma maneira de prevenir violência sexual e/ou doméstica na infância, Bárbara ressaltou que é difícil. E, então, emitiu o seguinte exemplo

“Vamos dizer mais ou menos assim: como você vai prevenir que, sei lá, que o seu cabelo caia? Sabe? Você vive. Você está vivendo. Você lava a cabeça, você usa um bom shampoo, você se alimenta bem. Se um dia ele cair, meu, ele vai cair. E você não vai conseguir impedir que ele caia. Quando ele cair, você vai tentar

resolver. A mesma coisa, como é que você preveni um estupro de uma criança?”. (B.,2019)

Em seguida, expôs que seu método mais próximo de prevenção é não deixar suas filhas e filho com pessoas estranhas, também contou que conversa com os pais mais novos sobre os locais do corpo que não podem deixar ninguém tocar e com os pais mais velhos sobre não confiar em pessoas desconhecidas.

Sem mencionar, Bárbara descreve algumas das instruções indicadas pelos programas de

Educação Sexual para prevenção de abuso sexual infantil, os quais ela chama de “doutrinação” da “ideologia de gênero” quando são ensinados nas escolas.

Segundo instituições de proteção às crianças e adolescentes que atuam no enfrentamento do abuso e da exploração sexual, a Educação Sexual é uma das formas mais eficazes de prevenir e enfrentar esse tipo de violência. Defendem que, ensinar - desde cedo e com abordagens apropriadas para cada faixa etária - os conceitos de autoproteção; consentimento; integridade corporal; sentimentos e a diferença entre toques agradáveis e toques invasivos é fundamental para aumentar as chances de proteção a essas possíveis violações (CHILDFUND BRASIL, 2019)<sup>34</sup>.

Também enfatizam que é necessário sensibilizar os familiares ao demonstrar o quanto é importante desenvolver maneiras de fortalecer uma relação de confiança e, por último e não menos importante, treinar o olhar dos/as educadores/as para que identifiquem casos de violência doméstica e abuso sexual (CHILDHOOD BRASIL, 2019)<sup>35</sup>.

Isto posto, nota-se que a preocupação com o bem-estar da criança e do adolescente é coletivo, porém há uma dissonância entre os grupos que estão dispostos a proteger os mesmos.

Enquanto parte defende que é preciso tomar atitudes mais “progressistas”, ou seja, transformadoras, com o objetivo de introduzir um novo ‘fato discursivo’ na

---

<sup>34</sup> “Prevenção ao abuso sexual infantil: como proteger os seus filhos?” Matéria online da ChildFund Brasil. Disponível em: <<https://www.childfundbrasil.org.br/blog/prevencao-ao-abuso-sexual-infantil-como-proteger-osseus-filhos/>> Acesso em: 02/09/19;

<sup>35</sup> “Educação sexual para prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes” Matéria online da Childhood Brasil. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/educacao-sexual-para-a-prevencao-do-abusosexual-de-criancas-e-adolescentes>> Acesso em 02/09/19;

sociedade, o qual não iria mais administrar o sexo de forma velada, e sim empregaria narrativas explícitas e adequadas para cada faixa etária.

Há outra parte, a qual se autodefine como “conservadora cristã”, defende que é necessário manter a aparelhagem que produz discursos para que o sexo, como ‘vontade de saber’ não seja citado, valorizando-o como segredo. Principalmente com as crianças, as quais são lidas como pessoas sem sexualidade (FOUCAULT, 1988).

E, neste conflito de ideias, surge a disputa pelo campo da educação, pois essa é uma das áreas que define quais são os padrões de normalidade, pureza ou sanidade, assim com as ciências (LOURO, 1997).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do ‘fato discursivo’ dos conservadores cristãos pela regulamentação da educação domiciliar e outras mobilizações<sup>36</sup> em torno da educação brasileira, percebe-se que a disputa pelo ensino está cada vez mais em evidência. Os grupos que militam pela proibição das aulas sobre gênero, sexualidade e saúde sexual/reprodutiva, nos últimos anos, assumiram uma posição política partidária com Jair Bolsonaro e, atualmente, têm as suas pautas mobilizadas pelo Poder Executivo.

No entanto, de acordo com o levantamento do Datafolha<sup>37</sup> divulgado em janeiro de 2019, a maior parte dos/as brasileiros/as defendem que conversas sobre política (71%) e Educação Sexual (54%) estejam presentes nas salas de aula do país. Apesar de haver um consentimento maior, a Educação Sexual nas escolas divide mais a opinião, pois, enquanto 35% das pessoas concordam totalmente, os que desaprovam totalmente somam outros 35%.

Segundo a pesquisa, entre os recortes analisados pelo instituto, a oposição à Educação Sexual só é superior em dois grupos: entre os que afirmam ter votado em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e entre os evangélicos.

---

<sup>36</sup> O programa Escola Sem Partido teve grande notoriedade política e midiática no ano de 2018. “Entenda o que propõe o programa Escola Sem Partido” Matéria online do Estadão. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>> Acesso em: 15/11/2019;

<sup>37</sup> “Datafolha: Maioria defende educação sexual e discussão política em escolas” Matéria online do Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/datafolha-maioria-defende-educacao-sexual-e-discussaopolitica-em-escolas/>> Acesso em: 15/11/2019;



Este é mais um dado que fundamenta a hipótese de que esses grupos conservadores cristãos encontraram respaldo de suas demandas na figura do atual presidente da República

“Quer ser feliz com outro homem, vá ser feliz (...), mas não fique perturbando isso nas escolas, obrigando a criançada a estudar uma besteira que não vai levar a lugar nenhum (...) quem ensina sexo é o papai e a mamãe e ponto final. Não tem mais o que discutir isso”. (Jair Bolsonaro, 2018)<sup>38</sup>

Além de seus posicionamentos públicos, Jair Bolsonaro mobilizou recursos institucionais e legais para incitar parte do seu eleitorado na disputa pela educação, mediante ao projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar, o (PL) 2401/2019, conforme apresentado anteriormente. E assim, assumiu esse ‘fato discursivo’ conservador cristão para dentro do Estado.

E, de acordo com a definição do conceito de Foucault (1988), regulamentar a educação domiciliar foi uma escolha em não proibir que o sexo seja ‘colocado em discurso’, e sim trabalhar com uma ‘polícia do sexo’ que ainda pode disputar as escolas públicas – visto que há uma aliança com o programa Escola Sem Partido - ao mesmo tempo que pode se estabelecer, sem antagonismo, ao ambiente doméstico, entre as famílias que adotarem a modalidade.

A partir desses avanços dos valores e ideias dos conservadores cristãos, a preocupação passa a ser em como o sexo será ‘colocado em discurso’ dentro de casa. Principalmente, com o atual quadro do índice de gravidez na adolescência no país superior à média sul-americana<sup>39</sup>, ao mesmo tempo em que há um aumento na taxa de detecção do HIV entre homens de 15 a 19 anos no Brasil<sup>40</sup>. A dúvida que

---

<sup>38</sup> Matéria online da Folha de S. Paulo “Bolsonaro desafia critério técnico e diz que vai querer conhecer Enem antes”. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/bolsonaro-desafia-criterio-tecnico-e-diz-que-vai-quererconhecer-enem-antes.shtml>> Acesso em: 15/11/2019;

<sup>39</sup> “Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha” Matéria online da Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-nobrasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>> Acesso em: 15/11/19;

<sup>40</sup> “O avanço do HIV entre homens que transam com homens. E as políticas relegadas” Matéria online do Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/06/07/O-avan%C3%A7o-do-HIV-entre-homens-que-transam-com-homens.-E-as-pol%C3%ADticas-relegadas>> Acesso em: 15/11/19;

surge é se esses assuntos serão abordados na educação domiciliar e se haverá instruções apropriadas.

Além disso, Caroline Arcari<sup>41</sup>, pedagoga e educadora sexual pela Unesp, chama atenção para a circunstância em que, se a educação sexual permanecer reservada na esfera familiar, sendo que 75% das denúncias de violência sexual envolvem o ambiente intrafamiliar (NEXO JORNAL, 2019), como as crianças terão acesso às informações que poderão protegê-las dos abusos?

A pedagoga enfatiza que, os “políticos que vociferam contra a educação sexual sem fundamentação científica alguma, pautados na mentira e na polêmica, estão prestando um enorme desserviço à proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual” (ARCARI, 2019). Em seguida, afirma que quem é contra a Educação Sexual nas escolas, na verdade, é conivente com a violência sexual, pois é uma das formas mais eficaz de proteção e faz parte do direito da criança e do adolescente (NEXO JORNAL, 2019).

Importante frisar que, ao educar as crianças e adolescentes na ótica política que os grupos conservadores dispõem de uma “soberania da maioria” e, conseqüentemente, têm os seus direitos assegurados - entre eles o de ser antialteridade e poder manifestar preconceitos - fundamenta uma narrativa que é contra políticas de igualdade e respeito à diversidade, as quais são fundamentais para a sobrevivência, inclusão e conquista de direitos políticos aos grupos em vulnerabilidade social, os desviantes da norma.

Portanto, estes apontamentos precisam ser cada vez mais debatidos entre a sociedade civil para que também seja organizado recursos legais e institucionais de proteção que abarquem a todos/as. Uma vez que, a luta pela “manutenção da soberania dos conservadores”, através da disputa pela educação brasileira, já ultrapassou as mobilizações simbólicas (como narrativas nas redes sociais ou manifestações nas ruas).

Mediante o governo Bolsonaro, suas forças já alcançaram os meios legais e institucionais, revelando que as suas mobilizações se concretizaram na legislação

---

<sup>41</sup> “O debate sobre educação sexual no Brasil. E por que abordá-la nas escolas” Matéria online do Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/10/O-debate-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-noBrasil.-E-por-que-abord%C3%A1-la-nas-escolas>> Acesso em: 15/11/19.

brasileira. E, a regulamentação da educação domiciliar é o exemplo prático dessa mobilização, a qual segue em processo de aprovação entre os três poderes do Estado.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. A.; SALEJ, A. P.; **O conservadorismo saiu do armário! A luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido**. Minas Gerais: *Revista Ártemis*, 22(1); 2016;
- BULGARELLI, Lucas; **Moralidades, Direitas e Direitos LGBTI nos anos 2010**. In: Esther Solano Gallego. (Org.). *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. 1ed. v. 1, p. 101-107; São Paulo: Boitempo Editorial, 2018;
- BULGARELLI, L.; KALIL, I.; TEIXEIRA, J. M.; **Gender education protests: Dossier Urban Controversies #1 - Center for Urban Ethnography**. In: Isabela Oliveira. (Org.). *Gender education protests: Dossier Urban Controversies #1 - Center for Urban Ethnography*. ed. 1, p. 10-12, 2017;
- CAMPANA, M.; MISKOLCI, R.; **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. *Revista Sociedade e Estado*; vol. 32; 2017;
- DE MACACU, Cachoeiras; **Lei nº 2.056, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação–PME e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Diário Oficial Cachoeiras de Macacu, 2015;
- EDUCAÇÃO PARA TODOS; **O compromisso de Dakar**. Brasília-DF: UNESCO, 2001;
- EGGERT, E.; REIS, T.; **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. *Educação & Sociedade*, vol. 38, núm. 138. Campinas: Sistema de Información Científica - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal; 2017;
- FOUCAULT, Michael; **História da sexualidade**. vol. 1: A vontade de saber. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988;
- FRIGOTTO, Gaudêncio; **“Escola Sem Partido”: Imposição da mordaza aos educadores**. 5(9), 11-13, Rio de Janeiro: *e-Mosaicos*, 2016;
- FRIGOTTO, Gaudêncio; **Escola “sem” partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017;
- DE JESUS, Camila Moreira; **Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco**. In: III Ebecult - Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012, Cachoeira. *Anais III Ebecult*, 2012;
- KALIL, Isabela Oliveira; **Incursões da “ideologia de gênero” na educação**. *Revista Internacional dos Direitos Humanos*, in *Conectas Direitos Humanos*, ed. 29, 2019;
- LOURO, Guacira Lopes; **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Porto Alegre: Editora Vozes, 1997;
- LOURO, Guacira Lopes; **Corpo, escola e identidade**. ed. 25.2, Porto Alegre: *Educação & Realidade*, 2000;
- MAGALHÃES, Fernando. **O passado ameaça o futuro: Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista**. vol. 12, n.1, São Paulo: *Tempo Social*, 2000;

- NICOLAZZI, Fernando; **Qual o partido da escola sem partido?**, ed. 3.5, Porto Alegre: *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, 2016;
- RIBEIRO, A. L. G.; PONTES, G. B.; MOREIRA, A. L.; **Escola sem Partido**. Minas Gerais: *Revista da META*, 2018;
- SÃO PAULO. Revista Crescer; **Homeschooling: Brasil já tem 6 mil crianças sendo educadas em casa**. Jan. 2017. Disponível em:  
<<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2017/01/homeschooling-brasil-jatem-6-mil-criancas-sendo-educadas-em-casa.html>> Acesso em: 28/05/2018;
- SÃO PAULO, Jornal da USP; **“Homeschooling”: a prática de educar em casa**. Mar. 2018.  
Disponível em:  
<<https://jornal.usp.br/artigos/homeschooling-a-pratica-de-educar-em-casa/>>  
Acesso em: 28/05/2018;
- SÃO PAULO. O Estado de S. Paulo. **Conceito de gênero deve basear políticas públicas, afirma MEC**. Ago. 2015. Disponível em:  
<<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,conceito-de-genero-deve-basear-politicaspublicas--afirma-mec,1753475>> Acesso em: 29/05/2018;
- SCALA, Jorge. **La ideología del género. O el género como herramienta de poder**. Rosario: Ediciones Logos, 2010;
- SCALA, Jorge; **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Editora Katechesis, 2015;
- WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999.